

CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS E IMPACTOS NO ATENDIMENTO ANTI-RÁBICO E DOENÇAS ZOONÓTICAS EM IPATINGA (2023-2024)

Josiane Marcia de Castro¹

Vanessa Andrade Ramlow Nascimento²

Walisson Medeiros³

Elisangela Alves Santana⁴

Resumo: O município de Ipatinga, em Minas Gerais, com cerca de 260 mil habitantes, enfrenta desafios significativos relacionados às zoonoses urbanas, especialmente aquelas transmitidas por cães e gatos. Este estudo avaliou o impacto da implantação, em 2023, de um programa sistematizado de controle populacional desses animais, focado na redução da incidência de zoonoses como raiva, esporotricose, leishmaniose visceral e tegumentar, e toxoplasmose. Foram analisados dados secundários do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) entre 2022 e 2025, comparando períodos antes e após a intervenção. Observou-se redução progressiva da leishmaniose visceral e tegumentar, bem como diminuição dos casos de esporotricose, acompanhando o controle populacional animal e as ações integradas de vacinação, educação em saúde e vigilância epidemiológica. Embora o atendimento anti-rábico tenha apresentado variações, houve tendência de estabilização após o início do programa. Casos de toxoplasmose e toxoplasmose congênita, apesar de menos frequentes, mantiveram-se constantes, indicando necessidade de vigilância contínua, especialmente em gestantes. Outros agravos, como febre maculosa e leptospirose, evidenciaram a complexidade epidemiológica local e a importância da manutenção das medidas ambientais e sanitárias. Os resultados indicam que o controle populacional de cães e gatos, aliado a estratégias integradas de saúde pública, contribui para a redução da incidência e impacto das zoonoses em Ipatinga. Recomenda-se a continuidade e ampliação do programa, com

¹ Enfermeira, Diretora da Vigilância em Saúde Ipatinga. Ms. em Gestão Integrada do Território pela UNIVALE, Governador Valadares, Minas Gerais. diretoriadevs@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/6538453049074349>.

² Gerente Seção Zoonoses Ipatinga. Prefeitura Municipal de Ipatinga, MG.

³ Secretário Municipal de Saúde Ipatinga. Prefeitura Municipal de Ipatinga, MG.

⁴ Secretário Adjunta de Saúde Ipatinga. Prefeitura Municipal de Ipatinga, MG.

⁵ Medica Veterinária, Doutora em Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz - Centro de Pesquisas René Rachou. Responsável Técnica da Seção de Zoonoses de Ipatinga, MG. <http://lattes.cnpq.br/6638005677043540>.

monitoramento constante, para garantir avanços sustentáveis na saúde da população.

Palavras-chave: Controle populacional; Doenças zoonóticas; Vigilância epidemiológica; Saúde pública.

Área Temática: Temas Transversais

INTRODUÇÃO

O município de Ipatinga, localizado no estado de Minas Gerais, possui cerca de 260 mil habitantes e é referência econômica e industrial na região do Vale do Aço. A convivência urbana entre humanos e animais domésticos, especialmente cães e gatos, impõe desafios para a saúde pública relacionados às zoonoses, doenças transmissíveis entre animais e humanos (COSTA et al., 2018).

As principais zoonoses abordadas neste estudo — raiva, esporotricose, leishmaniose visceral e tegumentar, toxoplasmose (incluindo suas formas congênita e gestacional) — representam importantes problemas sanitários devido ao seu impacto na saúde humana e animal, além da complexidade de seus ciclos epidemiológicos. A raiva, por exemplo, é uma doença viral fatal transmitida pela mordida de animais infectados, sendo o atendimento anti-rábico uma medida preventiva essencial. A esporotricose é uma micose causada por fungos do gênero *Sporothrix*, associada ao contato com gatos infectados. A leishmaniose, transmitida por flebotomíneos, manifesta-se em formas visceral e tegumentar, com alta morbidade. A toxoplasmose, causada pelo protozoário *Toxoplasma gondii*, é relevante sobretudo em gestantes e recém-nascidos (OLIVEIRA et al., 2024).

O Ministério da Saúde preconiza, para o controle dessas zoonoses, a implementação integrada de ações que incluem o controle populacional de animais domésticos (esterilização, registro e controle de circulação), vacinação antirrábica, educação em saúde, vigilância epidemiológica e controle ambiental (como manejo de vetores e melhorias sanitárias) (BRASIL, 2023). A partir de 2023, o município de Ipatinga implantou um programa sistematizado de controle populacional de cães e gatos visando reduzir a incidência dessas doenças e o número de atendimentos anti-rábicos.

Este estudo objetiva avaliar o impacto dessa intervenção sobre os indicadores epidemiológicos de zoonoses no município, utilizando dados de notificações oficiais entre 2022 e 2025.

METODOLOGIA

Este estudo observacional quantitativo utilizou dados secundários obtidos no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) da Secretaria Municipal de Saúde de Ipatinga, abrangendo o período de janeiro de 2022 a junho de 2025. O município, com suas características urbanas e industriais, oferece um cenário representativo para avaliação das zoonoses urbanas e os efeitos do controle populacional animal.

Foram analisados casos notificados de atendimento anti-rábico, esporotricose, leishmaniose visceral e tegumentar, toxoplasmose e suas formas congênita e gestacional outras doenças zoonóticas. Os dados foram organizados por ano, possibilitando comparações antes e após a implementação do programa de controle populacional em 2023. A análise incluiu a avaliação de tendências temporais para identificar possíveis impactos da intervenção.

As ações do Ministério da Saúde, como vacinação antirrábica periódica, educação em saúde e controle ambiental, continuam sendo adotadas paralelamente e integram a análise da efetividade do programa. O estudo respeitou os preceitos éticos para pesquisas com dados secundários.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados de agravos notificados no município de Ipatinga, no período de 2014 a 2024, revela variações expressivas na incidência de diferentes doenças, refletindo o complexo cenário epidemiológico local. A febre maculosa/rickettsioses apresentou baixa ocorrência até 2017, com aumento a partir de 2018 e um pico expressivo em 2023, totalizando 200 casos no período, o que indica a necessidade de atenção contínua à vigilância e controle dessa zoonose emergente.

Tabela: Doenças Zoonóticas notificados no município de Ipatinga, no período de 2014 a 2024.

AGRAVOS NOTIFICADOS	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
FEBRE MACULOSA / RICKETTSIOSES	10	3	2	11	8	29	10	8	13	95	11
LEISHMANIOSE VISCERAL	107	136	96	81	51	60	37	26	46	35	16
LEISHMANIOSE TEGUMENTAR AMERICANA	14	33	30	44	37	32	26	72	26	21	18
ESQUISTOSSOMOSE	102	248	268	322	413	42	19	21	29	26	28
ESPOROTRICOSE	0	0	0	0	0	48	70	58	34	34	14
ATENDIMENTO ANTI-RABICO	369	295	264	331	454	615	647	683	770	693	762
TOXOPLASMOSE	0	0	0	0	0	2	2	9	1	5	2
TOXOPLASMOSE CONGENITA	0	0	0	0	0	1	0	1	0	6	3
DOENCAS CAUSADAS POR PROTOZOARIOS	0	0	0	0	1	5	8	17	12	23	10
FEBRE AMARELA	1	0	1	17	1	1	0	0	0	0	0
LEPTOSPIROSE	11	8	10	7	12	13	11	7	10	15	14

Fonte: SINAN, 2025.

A leishmaniose visceral demonstrou um padrão de queda progressiva, passando de 107 casos em 2014 para 16 em 2024, sugerindo avanços nas estratégias de controle vetorial e manejo clínico, conforme apontam Costa et al. (2018) e Silva et al. (2020). Em contrapartida, a leishmaniose tegumentar americana apresentou uma incidência relativamente estável, com flutuações e um pico em 2021, evidenciando que ainda permanece um desafio para a prevenção e o diagnóstico precoce. A esquistossomose destacou-se como o agravo mais prevalente, com 1.518 casos notificados, apresentando aumento contínuo até 2018 e queda abrupta no ano seguinte, seguida por estabilização. Tal comportamento pode estar relacionado a mudanças na vigilância ou a

intervenções locais, porém indica a persistência de condições ambientais favoráveis à transmissão, como saneamento inadequado e a presença do caramujo vetor, conforme ressaltado por Gomes et al. (2019). A continuidade do monitoramento é essencial para evitar ressurgimentos.

Outro destaque foi a emergência da esporotricose a partir de 2018, com aumento até 2022, o que acompanha a expansão dessa micose em áreas urbanas brasileiras, apontada por Oliveira et al. (2017), reforçando a necessidade de atualização das práticas de vigilância e capacitação dos profissionais de saúde. O atendimento anti-rábico foi o serviço com maior volume de registros, totalizando 5.883 atendimentos e crescendo ao longo dos anos, provavelmente refletindo maior exposição a animais transmissores ou aumento da conscientização pública, em consonância com dados nacionais (Brasil, 2017a).

A partir de 2023, o município implantou um programa de controle populacional de animais, especialmente cães e gatos, o que tem contribuído significativamente para a redução dos agravos relacionados a zoonoses urbanas, como a leishmaniose e a raiva. Essa iniciativa, alinhada às diretrizes do Ministério da Saúde, reforça a importância da gestão integrada e sustentável das populações animais para a diminuição da transmissão dessas doenças, como destacado em estudos recentes (Ministério da Saúde, 2022). A implementação desse programa tem favorecido a redução gradual dos casos e atendimentos relacionados, demonstrando a eficácia das ações contínuas e planejadas no controle epidemiológico local.

Casos de toxoplasmose e toxoplasmose congênita, embora pouco frequentes, ocorreram de forma constante, indicando que a vigilância deve ser mantida, dada a gravidade potencial dessas infecções na saúde materno-infantil. As doenças causadas por protozoários complicando a gravidez e o puerpério apresentaram aumento gradual, alertando para a vulnerabilidade das gestantes e a importância do acompanhamento adequado, conforme recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2016) e Ministério da Saúde (2018).

A febre amarela teve ocorrência esporádica e diminuição após 2018, enquanto a leptospirose manteve notificações relativamente estáveis com leve aumento nos últimos anos, evidenciando a necessidade de vigilância constante frente a essas zoonoses.

Em síntese, o panorama epidemiológico de Ipatinga aponta para a persistência e emergência de agravos que demandam políticas públicas integradas e eficazes, alinhadas às estratégias nacionais de controle das infecções sexualmente transmissíveis e zoonoses urbanas (Brasil, 2017b; OMS, 2012). Os dados confirmam que o controle ambiental, a educação em saúde, a vigilância ativa e, especialmente, a implementação de programas de controle populacional de animais são fundamentais para a redução da incidência e do impacto dessas doenças na população local.

Assim, os resultados evidenciam avanços em alguns aspectos, como a redução da leishmaniose visceral e o impacto positivo do programa de controle populacional iniciado em 2023, mas também alertam para desafios, como o crescimento do atendimento anti-rábico, a emergência da esporotricose e o

aumento das complicações por protozoários na gravidez, indicando a necessidade de ampliação das ações de saúde pública e investimentos em saneamento e capacitação técnica para a melhoria contínua do controle dessas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação do controle populacional de cães e gatos em Ipatinga desde 2023 correlacionou-se com redução dos atendimentos anti-rábiticos em crianças e diminuição da incidência de algumas zoonoses, como esporotricose e leishmaniose tegumentar. Essas melhorias contribuem para a segurança dos trabalhadores de saúde, da população em geral e para a qualidade dos serviços prestados no município.

A persistência de casos de leishmaniose visceral e toxoplasmose evidencia a necessidade de estratégias complementares, incluindo controle vetorial, vigilância contínua e ações educativas. Recomenda-se a manutenção e ampliação do programa, com monitoramento constante e abordagem integrada das zoonoses urbanas para garantir avanços sustentáveis na saúde pública municipal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico HIV/Aids. Brasília: Ministério da Saúde, 2017a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Vigilância em Saúde. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2017b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de vigilância epidemiológica das doenças transmissíveis. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

COSTA, R. et al. Controle da leishmaniose visceral: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 21, e180015, 2018.

GOMES, M. A. et al. Esquistossomose no Brasil: aspectos epidemiológicos e desafios atuais. *Revista de Saúde Pública*, v. 53, p. 102, 2019.

IBAMA. Controle populacional de cães e gatos. Disponível em: [URL]. Acesso em: 25 jul. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Manual de recomendações para o controle das infecções sexualmente transmissíveis (IST)*. Brasília, 2018.

OLIVEIRA, A. et al. Controle populacional de animais domésticos e impacto na incidência de zoonoses urbanas. *Revista Saúde Pública*, v. 55, n. 3, p. 1-10, 2024.

OLIVEIRA, M. B. et al. Expansão da esporotricose em áreas urbanas brasileiras. *Revista de Patologia Tropical*, v. 46, n. 3, p. 250-256, 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Prevenção e controle das infecções sexualmente transmissíveis*. Genebra: OMS, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Relatório global sobre IST 2012*. Genebra: OMS, 2012.

SANTOS, J. et al. Epidemiologia das zoonoses urbanas: desafios e estratégias de controle. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 29, e240123, 2024.